

(Presidente do Conselho), Vítore André Zílio Maximiano (1º Vice Presidente), Alvíno Augusto de Sá, Davi de Paiva Costa Tangerino, Luiz Guilherme Mendes Paiva, Marden Marques Soares Filho, Maria Ivonete Barbosa Tamboril, Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes, Pedro Sérgio dos Santos, Rodrigo Duque Estrada, Augusto Eduardo de Souza Rossini e Suzzan Flávia Cordeiro Lima. Estiveram presentes os seguintes participantes externos ao Conselho: José de Ribamar de Araújo, Almir Laureano, Geraldo Wanderley, Fernando B., Valdirene Daufemback, Leandro Zacaro Garcia, Thiago Garcia dos Santos, José Roberto Neves, Gisela Maria Bester, Marcelo Schmidt, Cássio Arantes do Nascimento e Luiz Fabricio Vieira Neto. Justificaram suas ausências os Conselheiros Alamiro Velludo Salvador Netto, José Laurindo de Souza e Fabiana Costa de Oliveira Barreto. Prestaram apoio logístico Jussara Isaac Ribeiro, Kizio Makicelio, Jefferson Alves e Rafael Costa. O Presidente do CNPCP Herbert Carneiro iniciou a reunião saudando a todos os presentes. Em seguida passou a palavra ao Conselheiro Fernando que apresentou parecer sobre o Projeto de Lei nº 7.317/2010 que acrescenta o art. 24 à Lei n. 7.210 (Lei de Execuções Penais) e dá outras providências. Parecer pela rejeição. Parecer Aprovado pelo Colegiado. Em seguida apresentou o parecer sobre o PL n. 7251/2006 que altera o art. 63 e parágrafo único da Lei n. 7.210 (Lei de Execuções Penais) aumentando para 18 (dezoito) o número de conselheiros do CNPCP e para (três) anos a duração de seu mandato. Parecer pela rejeição e arquivamento com a sugestão da criação de comissão específica para apresentação de nova proposta legislativa, convergente com discussões já ocorridas no Conselho, em prazo exíguo, a ser encaminhada a douta apreciação do Ministro de Estado da Justiça. Parecer aprovado pelo Colegiado. O Conselheiro Milton Jordão apresentou parecer sobre o processo MJ n. 08001. 010607/2008-65 versando sobre sugestão do direito da criança à amamentação. Pela rejeição com a sugestão de encaminhamento de Minuta de Decreto a Secretaria de Assuntos Legislativos tratando sobre o tema. Em seguida o Conselheiro Milton relatou sobre consulta ao Ministério da Justiça feita pelo vereador da Câmara Municipal de Barretos pedindo ao Ministério da Justiça a criação de Projeto de Lei que retire da Lei de Execuções Penais o art. 122 que trata das saídas temporárias. Parecer pela rejeição. Parecer aprovado pelo Colegiado. O Conselheiro Tangerino apresentou parecer sobre o Projeto de Lei n. 1.161 que dispõe sobre o direito das mulheres encarceradas e seus filhos apresentando modificações no Estatuto da Criança e do Adolescente. Parecer pela aprovação com a sugestão de encaminhamento do Projeto de Lei ao Congresso Nacional e ao CONANDA para conhecimento e manifestação. Parecer aprovado pelo Colegiado. O Conselheiro Fernando apresentou parecer sobre a solicitação do Grupo de Trabalhos Mulheres Encarceradas pela alteração da natureza penal nos crimes de patrimônio. Pelo arquivamento. Parecer aprovado. A Conselheira Gisela apresentou parecer sobre a sugestão de um pro reitor de assuntos comunitários da Universidade Estadual da Bahia solicitando a inserção de Instituições de Ensino Superior na formulação e implementação da Política Penitenciária. Parecer pela Criação de Comissão do CNPCP para tratar detalhadamente sobre o tema. Parecer aprovado. O Conselheiro Marden falou sobre o Projeto de Lei de Medida de Segurança, informando que o grupo de trabalho do qual faz parte, após vários debates, realizou modificações no texto original, momento no qual submeteu o novo texto para apreciação do CNPCP. Após os debates entre os Conselheiros o novo texto do referido Projeto de Lei foi aprovado, à unanimidade, pelo Colegiado com a determinação do Presidente do Conselho de que o mesmo seja encaminhado a Secretaria de Assuntos Legislativos para providências. O Conselheiro Rodrigo apresentou o parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara n. 6561/2009 que acrescenta o artigo 310-A do Código Penal criando o tipo penal de falsidade de curriculum pessoal. Parecer pela rejeição e aprovado pelo Colegiado. Comunicações e Proposições. O Conselheiro Alvíno informou que esteve em reunião no IBCCRIM juntamente com a senhora Débora Diniz e que a mesma encaminhará ao CNPCP um pedido de pauta na próxima reunião do Conselho para a apresentação do resultado da pesquisa que realizou sobre Instituições de cumprimento de Medida de Segurança no Brasil. O Presidente comunicou que participou de reunião no CONASP, momento de grande importância pela oportunidade que teve de esclarecer aos conselheiros do CONASP sobre algumas ações do CNPCP e que naquela ocasião recebeu um pleito do Sindicato dos Agentes Penitenciários para que o Conselho se debruce novamente sobre o parecer do Conselheiro Marcos Rolin referente à PEC 318 que trata da criação da polícia penitenciária. Informou que participou de evento em São Paulo a convite da doutora Lúcia Pelluzzo onde foi realizado evento nominado de Jurimetria no qual a pauta tratava do sistema penitenciário onde estavam à mesa diversas autoridades debatendo sobre o tema. Informou que encaminhou ao Gabinete do Ministro organograma de previsão de gastos do CNPCP para o exercício de 2012, ressaltando a importância da liberação dos recursos financeiros pelos setores competentes do MJ para a realização dos eventos previstos pelo Conselho. Informou que recebeu do Doutor Maurício Kuenhe um vídeo onde um acusado de estupro no Estado da Bahia foi claramente usado como motivo de chacota e humilhação durante uma entrevista com jornalista da TV Bandeirantes, momento no qual repassa o material aos demais conselheiros para conhecimento e manifestação. Disse ainda que recebeu um convite do Doutor Rossini para participar do II Encontro Regional de Escolas de Gestão Penitenciária nos dias 25 a 27/06/2012, nesta cidade. O Conselheiro Marden informou que está realizando levantamento das resoluções antigas e bem como a elaboração de uma resolução sobre o prazo de Prisão Domiciliar para mulheres gestantes. O Doutor Herbert solicitou à secretaria do Conselho inclua o assunto na pauta da próxima reunião do Conselho tendo em vista a relevância do tema a ser abordado. A Conselheira Suzzan informou que a Minuta do Regulamento do Concurso de Monografias do CNPCP do ano 2012 encontra-se concluída e será apresentada ao Colegiado em momento oportuno para análise, aprovação e divulgação no Diário Oficial da União. Informou que en-

caminhou escritório para Eletrobrás solicitando a regulamentação do RTQ (Verificar a palavra correta - Fita inaudível) para presídios, tendo em vista que aquele órgão possui somente a regulamentação para edifícios comerciais e residenciais e que o Conselho ainda não obteve resposta, embora saiba não oficialmente que a Eletrobrás não tem interesse no que se refere a regulamentação do RTQ de presídios neste momento. A Conselheira disse também que ocorrerá no Estado de Alagoas no dia 27/06/12 o lançamento do Plano Nacional Piloto de Segurança Pública a ser testado em Alagoas, contando com a presença do Ministro da Justiça. Informou que houve um recurso aprovado para a construção da penitenciária de Arapiraca-AL com a presença do Conselheiro Rossini, mas que posteriormente obteve informações de que o Estado estaria tentando redirecionar os recursos para o aluguel de celas. O Conselheiro Milton Jordão informou que Escola de Magistrados do Estado de Pernambuco está organizando um Seminário sobre Execução Penal, contando com a participação de renomados estudiosos do tema, inclusive com a presença do conselheiro Alvíno. Disse que o Ministério Eduardo está exercendo a presidência do Mercosul, momento no qual ressaltou que entende como momento oportuno para o início de discussões entre o Brasil e outras nações sobre diversos temas, como por exemplo, a descriminalização do uso da maconha e tratamento penal. O Conselheiro falou que no que se refere a entrevista realizada no Estado da Bahia pela jornalista que constrangeu o preso acusado de estupro, a mesma foi demitida da TV BAND e a OAB está se movimentando no sentido da responsabilização dos autores dos fatos ocorridos. O Conselheiro Fernando disse que foi procurado pelo coordenador da área criminal e pelo Procurador da Escola do Ministério Público de Goiás para a realização de um curso à distância sobre execução penal a ser oferecido aos promotores e coordenadores do Ministério Público. Disse que ficou responsável pela formatação e escolha dos professores que participarão do referido curso, momento no qual convidou os membros do CNPCP a participarem. Falou ainda que repudia a atitude da jornalista da TV Bandeirantes que usou da figura do preso para se promover, o que evidencia desrespeito aos direitos da pessoa presa. O Conselheiro Alvíno falou sobre a importância das saídas temporárias para a volta gradativa da pessoa presa ao convívio social. A Conselheira Ivonete falou que fez viagem particular a cidade de Vitória/ES e compartilha com todos a experiência que teve ao visitar o presídio feminino de Vitória, onde verificou a questão da segurança entre outras e percebeu tratar-se de uma experiência com êxito. O Presidente disse que também conhece a Unidade Prisional Feminina de Vitória e concorda com a Conselheira Ivonete quanto à melhoria das condições gerais do sistema prisional do Espírito Santo. O Conselheiro Tangerino noticiou que o Instituto "Sou da Paz" realizou pesquisa sobre presos temporários sistema prisional de São Paulo e apresentou aos conselheiros o resultado da pesquisa. O Conselheiro Luiz Guilherme disse que participou de reunião, representando, na qual o DEPEN apresentou o Plano Penitenciário para a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Entretanto, entende que o plano deveria ter sido primeiramente apresentado ao CNPCP para conhecimento e análise, momento no qual solicitou ao Presidente que convide o DEPEN a realizar a apresentação do Plano no Conselho até por um questão de legalidade. O Conselheiro Pedro Sérgio disse da necessidade da realização da Audiência Pública no Estado de Pernambuco para a apresentação do relatório de inspeção nos presídios que foram visitados pelo CNPCP, sugerindo que o evento seja realizado no mês de julho de 2012. Falou também sobre a necessidade de que o CNPCP realize visita de inspeção prisional no Estado do Rio Grande do Norte, tendo em vista o recebimento de ofício do Procurador da República informando que no mês de março de 2012, o Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte foi impedido de realizar inspeção no Presídio de Alcaçuz, fato que entende ser de extrema gravidade. O Presidente disse que assim que os recursos financeiros forem disponibilizados pelo DEPEN as solicitações apresentadas pelo conselheiro Pedro serão prioritariamente atendidas. A Conselheira Gisela falou sobre a inspeção realizada por ela e o Conselheiro Alvíno no Estado de Alagoas, dizendo que a situação é muito grave e entende ser urgente a realização de inspeção naquele Estado ainda no mês de julho do corrente ano. A Conselheira solicitou, também, uma visita de inspeção no Estado do Tocantins, com brevidade, devido aos sérios problemas existentes nas Unidades Prisionais daquele Estado. O Conselheiro Marden informou que esteve nos Estados Unidos conhecendo sobre a saúde prisional norte americana e que tem o desejo de compartilhar os relatórios da viagem com os demais conselheiros. A Conselheira Gisela informou que o Relatório do Acre encontra-se atualizado com a inclusão do Relato da Audiência Pública realizada naquele Estado. Informou ainda que, juntamente com a Conselheira Ivonete, realizou inspeção em Unidades Prisionais do Estado da Paraíba, bem como Audiência Pública, inclusive, com a presença da Ouvidora Geral do DEPEN e representantes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência Pública. Em seguida as conselheiras Gisela e Ivonete apresentaram o relatório de inspeção prisional no Estado da Paraíba. A Ouvidora Valdirene falou sobre a rebelião ocorrida no PB1 e PB2, destacando as reivindicações apresentadas pelos presos antes do motim. Disse que há notícia de que alguns defensores públicos do Estado da Paraíba estariam cobrando para prestarem assistência jurídica aos presos, fato de extrema gravidade e que merece apuração. O Conselheiro Rossini informou que recebeu, em seu gabinete, o Juiz de Direito Dr. Carlos - Titular da Vara de Execuções Criminais da Comarca de João Pessoa, para tratar de assuntos referentes ao sistema penitenciário daquele Estado e que o mesmo foi designado como articulador da presença do Conselho Nacional de Justiça no Estado da Paraíba, momento no qual registrou sua satisfação em poder contar com sua participação na presente reunião. Em seguida o conselheiro Rossini teve considerações à respeito dos projetos e convênios celebrados entre o DEPEN e o Governo do Estado da Paraíba, apresentando a atual situação dos mesmos. Solicitou que todos os relatórios de inspeções realizadas pelo CNPCP no Estado da Paraíba sejam encaminhados a CONASP

para conhecimento. Após as considerações dos Conselheiros o Presidente do CNPCP aprovou o Relatório de Inspeção. Os Conselheiros Milton e Fernando apresentaram o relatório de inspeção no Estado do Rio Grande do Sul realizada nos dias 21 e 22/05/2012, juntamente com a Ouvidora Geral do DEPEN, Dra. Deise da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e várias autoridades locais. Após as recomendações apresentadas pelos Conselheiros o Presidente do Conselho aprovou o relatório com expedições de ofícios às autoridades competentes para conhecimento e adoção das medidas de urgência e informá-las ao CNPCP no prazo de 90 dias. O Presidente do Conselho solicitou informações ao Conselheiro Rossini sobre o fato do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional ter sido apresentado pelo DEPEN ao CONASP sem conhecimento e colaboração do CNPCP. Solicitou, ainda, informações sobre os recursos financeiros existentes no DEPEN e que são destinados ao Conselho para a realização das inspeções prisionais no ano de 2012. O Conselheiro Rossini apresentou as informações disponíveis naquele momento e disse que fará o levantamento de todas as informações técnicas sobre o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional e que as mesmas serão apresentadas ao CNPCP na pauta da próxima reunião, momento no qual ressaltou que o referido programa originou-se na Presidência da República e teve a participação direta do Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça. O Conselheiro Rossini, por meio de seu assessor o Dr. Cássio, disse que os recursos financeiros destinados ao CNPCP para a realização das atividades de inspeção, reuniões e audiências públicas encontram-se em fase de ampliação e serão disponibilizadas em tempo. O Conselheiro Rossini alertou aos membros do Conselho da importância de se manter a Resolução de Arquitetura Prisional com as orientações da área técnica do DEPEN, tendo em vista que os recursos a serem destinados aos Estados devem têm prazo para serem empenhados. O Doutor Luiz Fabricio informou que os Estados apresentaram ao DEPEN diversas solicitações acerca de possíveis adequações na Resolução de Arquitetura Prisional, momento no qual entende ser necessário um posicionamento oficial do CNPCP sobre o assunto, momento no qual o Presidente do Conselho se disponibilizou imediatamente. O Presidente do CNPCP informou ao Conselheiro Rossini a aprovação, pelo CNPCP, do Projeto de Alteração do Código Penal, especificamente no que se refere às Medidas de Segurança, aprovação da resolução sobre o tratamento do lixo nos estabelecimentos prisionais e da resolução para estabelecer o custo do preso. A Dra. Valdirene apresentou ao Colegiado a proposta de Ação de Inspeções Para o Ano de 2012 elaborado pela Ouvidoria-Geral do DEPEN e CNPCP. A Conselheira Ivonete sugeriu que seja criado um manual de apresentação do CNPCP para os novos conselheiros. Ainda com a palavra a conselheira Ivonete disse entender necessária verificação da rotina das penitenciárias antes da realização das inspeções, com vistas a resguardar aos presos o direito ao dia da visita íntima, por exemplo. O Conselheiro Vittore sugeriu que o site do CNPCP seja atualizado e reformatado, sendo que os relatórios de inspeções sejam apresentados de forma didática, cronológica e com tabela por Estado. O Conselheiro Rossini ressaltou a importância da efetividade das inspeções realizadas, entendendo ser necessária a transformação dos Conselhos da Comunidade em Pessoas Jurídicas, além do envolvimento de vários atores, como por exemplo, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e que os conselheiros tenham em mãos relatórios realizados pelos Órgãos de Execução do Estado a ser visitado. O Conselheiro Rossini disse que entende ser cautelosa e necessária a comunicação das visitas de inspeções aos Diretores das Unidades Prisionais, com vistas ao respeito a rotina dos presos e das unidades a serem visitadas. Em seguida, o conselheiro apresentou o relatório da viagem à Genebra e comunicou que enviará todo o material produzido aos membros do Conselho, para conhecimento. O Presidente do CNPCP agradeceu aos Conselheiros Fernando e Gisela pelos relevantes serviços prestados ao Conselho, durante o mandato como membros deste Colegiado. Houve a manifestação dos membros do Conselho em elogios aos trabalhos realizados no CNPCP pelos Conselheiros que deixam o Conselho - Dr. Fernando e Dra. Gisela. Em seguida, procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: Em seguida, procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: 1) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000528/2012-15 Assunto: Relatório de inspeção prisional do Estado do Piauí feito pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária nos dias 02 e 03 de abril do corrente ano. Parecer do Conselheiro Vítore Maximiano pede: Que seja oficiado ao Poder Executivo para providências; à Secretaria de Justiça do Estado para providências; Ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à OAB/Seção Piauí, todos para providências que julgarem pertinente; Ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público do Estado para providências que julgarem pertinente; Ao Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais - ITEC para conhecimento; e ao Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM, para conhecimento. Aprovado, à unanimidade. 2) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000054/2010-40 Assunto: alteração legislativa a fim de que a natureza da ação penal nos crimes contra o patrimônio fosse modificada de incondicionada para condicionada à representação. Parecer do Conselheiro Fernando Vígiano pede: Que seja arquivado os autos, tendo em vista que a atual legislação, Lei 12.403/2011, referente as novas cautelares, subsidia o magistrado quanto aos novos procedimentos diferentes da custódia do preso. Aprovado, à unanimidade. 3) Processo CNPCP/MJ nº 08001.010607/2008-65 Assunto: Encaminha, para conhecimento e análise, cópia do ofício nº 3.664/2008-PDIJ, de 10/09/2008, do promotor de justiça do ministério público do Distrito Federal e Territórios Oto de quadros, em que apresente sugestão de regulamento do direito da criança a amamentação. Parecer do Conselheiro Milton Jordão pede: pela rejeição do projeto, tendo em vista que o objeto dos autos encontra-se contemplada pela recente alteração promovida pela Lei de Execução Penal e pela Lei nº 11.942/2009, bem como pela Resolução nº 04/2009 deste CNPCP. Encaminhado a SAL para providências. Aprovado, à unanimidade. 4) Processo CNPCP/MJ nº